



CENTRO POPULAR DE
COMUNICAÇÃO
E AUDIOVISUAL

a solução está no território



UMA FORMA DE PENSAR
E CRIAR SOLUÇÕES



ECO-MÍDIA



Ficha Técnica

Concepção

Jéssica Botelho
Lori Regattieri

Redação e revisão

Jéssica Botelho

Design

luiz.studio

Realização

Centro Popular de Comunicação e Audiovisual - CPA

eco-mídia

Apoio

Artigo 19 e Coalizão de Mídias

Eliana Quiroz

Antônio Heleno Caldas Laranjeira

Manaus, AM

Dezembro 2025

Prólogo

A comunicação nos antecede. Ela pulsa antes da palavra escrita, vibra no corpo, atravessa a memória e se inscreve no território. Está na oralidade que transmite saberes, no gesto que ensina, no canto que narra a história e no tambor que convoca o sagrado — tecnologia ancestral de comunicação que organiza o tempo, cria vínculos e produz sentido coletivo. Reconhecer isso é reconhecer que comunicar nunca foi apenas informar, mas existir em relação.

Essa percepção é fundamental para compreendermos que a realidade não se constrói apenas a partir do que é visibilizado pelos grandes meios de comunicação. Nem tudo que importa é pautado, e nem tudo que é pautado nos representa. O jornalismo, como prática social, carrega potências, mas também limites, silêncios e distorções, sobretudo quando se distancia dos territórios e das experiências concretas das comunidades. Não somos apenas aquilo que a grande mídia diz que somos — somos também aquilo que narramos, vivemos e compartilhamos entre nós.

Nos últimos anos, em um cenário marcado por intensa polarização política, os atravessamentos ideológicos e os extremismos ganharam centralidade nas disputas discursivas. Regimes de visibilidade passaram a ser estrategicamente acionados, definindo o que aparece, como aparece e para quem aparece. As escalas da comunicação se reorganizaram, os fluxos se aceleraram e a tecnologia, longe de ser neutra, passou a operar como ferramenta de direcionamento, amplificação e apagamento.

É nesse contexto que a desinformação socioambiental e climática se expande, articulando interesses econômicos, disputas de poder e narrativas que negam direitos, saberes e urgências. Esta metodologia parte do entendimento de que enfrentar esse fenômeno exige mais do que checagem de fatos: exige olhar para as raízes históricas

da manipulação midiática, questionar as estruturas que concentram poder informacional e fortalecer iniciativas confiáveis que emergem dos territórios.

Ao refletirmos sobre tecnologia, mídia e sistemas informacionais comunitários, buscamos afirmar a centralidade do jornalismo local, das alianças comunitárias e das soluções que nascem da experiência vivida. Nossa missão coletiva é contribuir para a construção de ecossistemas informacionais plurais, descentralizados e enraizados, capazes de enfrentar a desinformação e outros problemas de natureza comunicacional como um desafio político, ambiental e civilizatório na era digital.

É, nesta toada, que apresentamos a metodologia **A solução está no território.**

As autoras,

Jéssica Botelho e Lori Regattieri

1. Apresentação

A metodologia **A solução está no território** nasce da constatação de que a desinformação socioambiental e climática não é um fenômeno isolado, nem meramente tecnológico. Ela se articula a desigualdades históricas, sociais, econômicas e territoriais, produzindo **vulnerabilidade informacional** e aprofundando violações de direitos humanos. Em territórios como a Amazônia, a escassez de jornalismo local materializada nos desertos de notícias, a conectividade precária e a concentração da produção informacional fora do território criam um cenário no qual **quando a informação não chega, os direitos também não chegam**. Essa lacuna facilita dinâmicas como narrativas descontextualizadas, práticas de desinformação, greenwashing e apagamento de vozes locais — especialmente de povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhas e periféricas.

Desta forma, a metodologia surge com o propósito de construir respostas enraizadas no território, partindo do princípio de que as soluções para problemas ambientais, sociais e comunicacionais já existem nas práticas comunitárias, nos saberes locais e nas redes de solidariedade. Seu objetivo não é importar modelos prontos, mas potencializar soluções territoriais, conectando comunicação comunitária, integridade da informação, justiça socioambiental e direito à comunicação a instrumentos de política pública, tecnologias e processos formativos críticos.

Uma metodologia que nasce no chão da Amazônia

A Amazônia não é apenas o contexto de aplicação inicial da metodologia — ela é sua matriz epistemológica, política e simbólica. A metodologia nasce no chão da Amazônia porque é nesse território que as contradições informacionais se apresentam de forma mais explícita: vastas extensões territoriais com baixa presença do Estado,

ecossistemas sociobiodiversos, forte incidência de conflitos socioambientais e narrativas historicamente produzidas “de fora”.

Assim, a metodologia responde a esse cenário propondo um olhar **sistêmico e territorializado**, capaz de articular: comunicação e cidadania; informação e direitos; clima, território e justiça social; escalas locais, regionais, nacionais e globais. Embora tenha nascido na Amazônia, a metodologia foi testada, adaptada e fortalecida em outros territórios, confirmando seu **caráter flexível, contextual e replicável**.

É também neste território que está localizado o Centro Popular de Audiovisual (CPA) que, prestes a completar 10 anos, consolidou sua atuação em torno da comunicação enquanto ferramenta de luta por grupos sociais marginalizados. A partir das iniciativas e articulações realizadas pelo CPA, foi possível compreender boas práticas de comunicação junto a grupos socialmente marginalizados, nos quais incluem-se povos e comunidades tradicionais. Foi nesse front de luta que as criadoras da metodologia, Jéssica Botelho e Lori Regattieri se conheceram. Mesclando suas atuações nos campos acadêmico e do terceiro setor, próximas de organizações e movimentos socioambientais, Jéssica e Lori enxergaram uma possibilidade de construção coletiva associando diferentes tipos de conhecimento, mas, sobretudo, agindo como facilitadoras desta metodologia, cujos resultados são méritos de quem constrói cada território na sua vivência.

A metodologia **A solução está no território** foi construída, testada e aprimorada a partir de diferentes experiências formativas em contextos diversos, sempre mantendo como **eixo central a escuta territorial e a construção coletiva de soluções**. Nossa primeira aplicação aconteceu no Coda Amazônia 2023, em Belém do Pará, no workshop [“Desinformação socioambiental e soluções que vêm do território”](#). Foi nesse espaço que colocamos em prática, pela primeira vez, a proposta de partir dos

problemas concretos vividos nos territórios para identificar vulnerabilidades informacionais e pensar respostas enraizadas nas realidades locais.

Em seguida, no mesmo ano, realizamos o minicurso “A solução está no território” durante o 1º Encontro Amazônico de Comunicação, Cultura e Tecnologias – Margem, em Manaus (AM). Essa experiência aprofundou o diálogo com comunicadores, pesquisadores e ativistas amazônidas, fortalecendo a metodologia como **ferramenta formativa voltada à comunicação, à cultura e às tecnologias** a partir da perspectiva territorial.

Em 2025, a metodologia foi lançada a outros territórios para ser experimentada. A primeira experiência foi no minicurso da Escola de Governança da Internet no Brasil, iniciativa do CGI.br, em Belo Horizonte (MG). Nesse contexto, o foco foi **como fortalecer a representatividade de comunidades**. A atividade teve como público principal lideranças comunitárias e permitiu adaptar a metodologia para o debate sobre governança digital, participação social e representatividade, mantendo o território como referência central.

Voltamos à Amazônia, em maio do mesmo ano, onde a metodologia foi levada a Santarém (PA), em parceria com o curso de Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), por meio da oficina “Memória, Tecnologias e Narrativas Contra-desinformativas”. Nessa experiência, trabalhamos as cartografias articulando **memória, tecnologias e narrativas como estratégias** de enfrentamento à desinformação para pensar as soluções para os diferentes territórios do Tapajós.

No mês seguinte, em junho de 2025, participamos do [Conexões Costeiras Sudeste](#), em Vitória (ES). A aplicação da metodologia ocorreu em um contexto marcado pelos desafios climáticos, socioambientais e oceânicos da costa sudeste brasileira, a convite da Rede Climatizando e do Laboratório de Política Ambiental e Justiça (LAPAJ/Ufes).

Essa experiência reforçou o caráter adaptável da metodologia a diferentes realidades territoriais, sem perder sua base conceitual.

Por fim, em outubro de 2025, realizamos em Belém do Pará a oficina “Integridade da Informação na Amazônia — A solução está no território”, organizada pelo CPA, em parceria com Na Cuia e Artigo 19. Essa atividade consolidou a metodologia em torno do debate sobre integridade da informação na Amazônia, reafirmando seu **compromisso com o direito à comunicação, a justiça socioambiental e o fortalecimento de ecossistemas informacionais locais**. Ainda trabalhou especificamente a pauta da Lei de Acesso à Informação como possibilidade estratégica para comunicação em prol dos Direitos Humanos. Esse percurso evidencia que, embora a metodologia tenha nascido no chão da Amazônia, ela vem sendo continuamente testada e ressignificada em diferentes territórios, mantendo como princípio fundamental a centralidade das comunidades e de seus contextos na construção de soluções.

Esta metodologia conta com o apoio da **Artigo 19 Brasil e América do Sul**, por meio da **Campanha #CompartilheInformação #CompartilheJustiçaClimática**, que fortalece iniciativas territoriais de comunicação popular voltadas à justiça climática, aos direitos socioambientais e à produção de informação confiável na Amazônia e no MATOPIBA. O **Centro Popular de Comunicação e Audiovisual (CPA)** foi um dos coletivos selecionados, reafirmando o compromisso da metodologia com o direito à informação e a participação social.

2. Base conceitual da metodologia

A metodologia A solução está no território está ancorada em um conjunto de conceitos que orientam a forma como compreendemos a comunicação não apenas como um campo técnico ou instrumental, mas como um direito fundamental e, ao mesmo tempo, como uma estratégia de luta política, social e territorial. Esses conceitos moldam nosso olhar sobre os problemas enfrentados pelos territórios, influenciam a maneira como construímos diagnósticos e sustentam as escolhas metodológicas feitas ao longo das formações.

Partimos do entendimento de que os processos comunicacionais estão profundamente imbricados nas dinâmicas de poder, nas desigualdades sociais e nas disputas em torno do território, do meio ambiente e dos direitos humanos. Por isso, nossa metodologia dialoga com diferentes campos de estudo, práticas sociais e saberes produzidos tanto na academia quanto nas experiências comunitárias, populares e tradicionais. Esse diálogo múltiplo é intencional e reflete a própria diversidade dos territórios onde a metodologia é aplicada.

Optamos, neste manual, por explicitar três pilares conceituais principais que estruturam a metodologia e funcionam como eixos de orientação transversal. Essa escolha não significa reduzir a complexidade do debate, mas torná-lo mais acessível e pedagógico, reconhecendo que cada território carrega sua própria riqueza de conhecimentos, leituras de mundo e formas de produzir sentido. Assim, os conceitos aqui apresentados não operam como categorias fechadas, mas como referências vivas, abertas a ressignificações a partir das realidades locais.

A beleza e a potência desse esforço coletivo estão justamente na possibilidade de que cada comunidade, ao se apropriar da metodologia, conecte esses pilares conceituais às suas próprias experiências, memórias e práticas. Descrevemos, portanto, os três

principais conceitos que guiam a metodologia como pontos de partida — e não de chegada — para a construção de soluções enraizadas no território.

2.1. Integridade da informação

A integridade da informação é o princípio que orienta a **construção de ecossistemas informacionais confiáveis, seguros, diversos e acessíveis**, nos quais a liberdade de expressão é garantida junto com a proteção de direitos humanos. Mais do que combater notícias falsas isoladas, esse conceito propõe olhar para o conjunto das condições em que a informação é produzida, circula e é consumida na sociedade.

O debate sobre integridade da informação surge em resposta às profundas transformações trazidas pelas tecnologias digitais. Se, por um lado, elas ampliaram o acesso à comunicação e ao conhecimento, por outro facilitaram a disseminação em larga escala de **desinformação, discurso de ódio e manipulação informacional**, afetando a democracia, a confiança social e a participação pública.

Proteger a integridade da informação significa garantir que a liberdade de expressão não seja corroída por práticas que silenciam vozes, distorcem fatos ou lucram com o conflito e o medo. Ao mesmo tempo, implica criar ambientes digitais mais estáveis e transparentes, nos quais informações confiáveis sustentem decisões coletivas e políticas públicas.

Para a metodologia “A solução está no território”, a integridade da informação é um elemento central porque reconhece que **os impactos da desinformação não são iguais em todos os lugares**. Territórios marcados por desigualdades históricas, desertos de notícias, baixa conectividade e invisibilidade midiática — como muitos contextos amazônicos — vivenciam formas específicas de **vulnerabilidade informacional**.

Nesse sentido, fortalecer a integridade da informação passa por valorizar o jornalismo local, a comunicação comunitária e os saberes territoriais, entendendo que soluções eficazes precisam nascer das realidades vividas pelas próprias comunidades. Não se trata apenas de corrigir informações falsas, mas de **reconstruir relações de confiança**, ampliar o acesso a dados públicos e garantir que diferentes vozes possam disputar narrativas em condições mais justas.

A integridade da informação também está diretamente ligada a desafios urgentes, como o enfrentamento da **crise climática**, a defesa dos direitos de povos e comunidades tradicionais e a promoção da democracia. Campanhas de desinformação têm sido usadas para negar evidências científicas, desacreditar lideranças locais e enfraquecer políticas públicas, tornando ainda mais necessário fortalecer ecossistemas informacionais baseados em transparência, responsabilidade e participação social.

Assim, dentro da metodologia “A solução está no território”, a integridade da informação funciona como um **princípio orientador**: ela afirma que não há democracia, justiça socioambiental ou transformação digital possível sem informação de qualidade, produzida e apropriada a partir dos territórios, com respeito à diversidade, aos direitos e às experiências locais.

2.2 Vulnerabilidade informacional

A **vulnerabilidade informacional** é um conceito que propõe compreender, de forma sistêmica e territorializada, como diferentes camadas de desigualdade afetam o **direito à informação e à comunicação**. Ele parte do entendimento de que o modo como as pessoas acessam, produzem e utilizam informação não se restringe aos fluxos informacionais em si (produção, circulação e consumo), mas está profundamente

condicionado por fatores **socioeconômicos, ambientais, políticos, culturais, tecnológicos e históricos** que atravessam um território.

Na região amazônica, onde coexistem florestas, sócio-biodiversidade e múltiplas culturas, esse conceito ajuda a revelar um silêncio estrutural: não o da ausência de vida, mas o das lacunas de acesso, visibilidade e informação. Narrativas sobre a Amazônia seguem, em grande medida, concentradas em atores externos, herdeiras de uma lógica colonial, enquanto dados fundamentais sobre **IDH, poluição do ar, impactos socioambientais, conflitos territoriais e as vozes de povos indígenas e comunidades tradicionais** permanecem fragmentados, invisibilizados ou distorcidos. Essa fragmentação é agravada por vieses algorítmicos, pela dependência de plataformas digitais e pela escassez de jornalismo local, tornando o mosaico amazônico quase imperceptível no debate público mais amplo.

É nesse contexto que o conceito de vulnerabilidade informacional **propõe a construção de um Índice de Vulnerabilidade Informacional (IVI)**, pensado como ferramenta analítica e pedagógica central da metodologia “A solução está no território”. O índice não busca produzir uma métrica fechada ou abstrata, mas organizar coletivamente a leitura da realidade a partir do território. Para isso, parte do compartilhamento de intuições, experiências vividas e evidências empíricas, articuladas com dados, convidando os participantes a refletirem e estruturarem suas percepções em três eixos fundamentais:

1. **Cenário** – como se manifesta a realidade informacional local (conectividade, presença de jornalismo, circulação de desinformação, impactos socioambientais);
2. **Problema e vulnerabilidades identificadas** – quais fatores ampliam a exclusão informacional (desertos de notícias, racismo ambiental, precariedade da

infraestrutura, dependência de plataformas, ausência de políticas públicas efetivas);

3. **Atores envolvidos** – quem produz, media, controla ou é afetado pelos fluxos de informação no território (comunidades, comunicadores locais, Estado, empresas, plataformas).

A vulnerabilidade informacional, portanto, dialoga diretamente com as **Geografias da Comunicação**, ao considerar as diferentes **escalas** — local, regional, nacional e global — e como elas se interconectam e produzem assimetrias. Também se ancora na ideia de que uma dieta informacional diversa e localizada fortalece a cidadania, em contraste com dietas concentradas, massificadas e distantes do território, mais suscetíveis à desinformação.

A solução apontada é simultaneamente **local e global**. Local, porque parte da organização comunitária, do fortalecimento de ecossistemas informacionais próprios e do jornalismo de proximidade, capazes de produzir confiança, pertencimento e sentido. Global, porque enfrenta estruturas amplas de poder informacional, como a concentração midiática e a governança opaca das plataformas digitais. Ao articular comunicação, cidadania e justiça socioambiental, o conceito de vulnerabilidade informacional não apenas descreve desigualdades, mas oferece um **caminho metodológico concreto** para enfrentá-las, reafirmando que ouvir o território é condição indispensável para qualquer solução democrática e sustentável.

2.3 Justiça socioambiental

A justiça socioambiental é um conceito que emerge da compreensão de que **as crises ambientais não são neutras nem afetam todas as pessoas da mesma forma**. Ela nasce da intersecção entre a justiça social e a justiça ambiental, reconhecendo que a

degradação da natureza, a exploração dos recursos naturais e os impactos das mudanças climáticas recaem de maneira desproporcional sobre populações historicamente vulnerabilizadas (povos indígenas, comunidades tradicionais, populações negras, periféricas e de baixa renda), enquanto os benefícios econômicos desses processos se concentram nas mãos de poucos.

Suas raízes estão nos movimentos de justiça ambiental que se consolidaram a partir das décadas de 1970 e 1980, especialmente nos Estados Unidos, como resposta à exposição desigual de comunidades negras e pobres a riscos ambientais. Com o tempo, o conceito se expandiu e passou a incorporar uma leitura mais ampla das relações entre desigualdade social, racismo, exploração econômica, território e meio ambiente, tornando-se central no debate global sobre desenvolvimento, direitos humanos e sustentabilidade.

No contexto amazônico, a justiça socioambiental ajuda a revelar as **contradições profundas dos modelos desenvolvimentistas baseados na exploração intensiva da natureza**. A Amazônia é historicamente tratada como “celeiro do mundo”, espaço de extração de commodities e reserva de valor econômico e simbólico. Nesse processo, a floresta, os rios e até mesmo as narrativas sobre o território se transformam em mercadoria. Como já apontado por análises críticas da economia política, o capitalismo contemporâneo desloca seu foco da produção material para a produção de imagens, signos e discursos. Assim, não apenas a soja, o gado, o óleo de palma ou os minérios importam, mas também — e muitas vezes principalmente — a construção de uma imagem de sustentabilidade, responsabilidade social ou compromisso ambiental.

Esse deslocamento se expressa tanto no marketing político quanto no marketing corporativo. Governos e empresas passam a **disputar narrativas sobre preservação, controle do desmatamento e responsabilidade ambiental**, frequentemente mediadas por sistemas de comunicação que reproduzem press releases e discursos

oficiais sem o devido tensionamento crítico. A destruição da Amazônia, ao mesmo tempo em que avança materialmente, é transformada em espetáculo midiático, no qual a imagem da crise convive com a promessa permanente de que tudo estaria sob controle. **A floresta torna-se mercadoria dupla:** explorada em seus recursos e explorada simbolicamente em discursos que ocultam conflitos, violências e desigualdades.

É nesse cenário que a justiça socioambiental se afirma como crítica e como horizonte político. Ela parte do entendimento de que problemas ambientais e sociais são indissociáveis. Ou seja, desmatamento, poluição, perda de biodiversidade, mudanças climáticas, racismo ambiental, pobreza e exclusão se alimentam mutuamente. Comunidades que menos se beneficiam do chamado desenvolvimento são, em geral, as que mais sofrem com enchentes, secas, contaminação da água, perda de território e precarização das condições de vida. Ao mesmo tempo, têm menos acesso a informação de qualidade, a canais de participação e a políticas públicas eficazes, o que **aprofunda a vulnerabilidade socioambiental e informacional.**

A justiça socioambiental, portanto, reivindica a distribuição equitativa dos riscos e dos benefícios ambientais, o acesso universal a um ambiente saudável e a garantia da dignidade dos povos em seus territórios. Isso implica reconhecer o território não apenas como espaço físico, mas como espaço de vida, memória, identidade e reprodução cultural. A luta por justiça socioambiental é também luta pela terra, pela água, pelo ar, pela permanência dos modos de vida e pelo direito de decidir sobre os próprios destinos.

Essa perspectiva está diretamente conectada à metodologia. A solução está no território. Ao compreender que **as injustiças socioambientais são territorializadas**, a metodologia parte do princípio de que suas soluções também precisam ser. Não se trata apenas de denunciar impactos ambientais ou combater narrativas falsas, mas de

fortalecer ecossistemas informacionais capazes de sustentar lutas por direitos, visibilizar conflitos e afirmar alternativas construídas localmente. A comunicação, nesse sentido, é entendida como ferramenta de justiça socioambiental: ela pode tanto reforçar desigualdades, quando captura e reproduz discursos hegemônicos, quanto atuar como instrumento de emancipação, quando fortalece a autonomia informacional das comunidades.

Ao integrar justiça socioambiental como um de seus pilares, a metodologia reconhece que **não há integridade da informação possível em contextos de profunda desigualdade**. A desinformação socioambiental se alimenta da concentração de poder econômico, político e comunicacional, do apagamento de vozes locais e da transformação da natureza em espetáculo ou mercadoria. Enfrentá-la exige articular comunicação comunitária, direito à informação, participação social e reconhecimento dos saberes territoriais como dimensões inseparáveis de um projeto de justiça.

Assim, a justiça socioambiental, no âmbito da A solução está no território, não aparece apenas como conceito analítico, mas como fundamento ético e político. Ela orienta o olhar sobre os problemas, informa a construção dos diagnósticos e sustenta a aposta de que soluções duradouras só podem emergir quando os territórios deixam de ser objetos de exploração e passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, conhecimento e transformação.

3. A metodologia

A metodologia A solução está no território foi concebida para ser flexível, adaptável e profundamente enraizada nas realidades locais. Não se trata de um roteiro rígido, mas de uma arquitetura metodológica que se molda ao território, às pessoas envolvidas, ao tempo disponível e aos objetivos específicos de cada formação.

O primeiro passo da metodologia é, sempre, **estabelecer diálogo com uma pessoa do território**. Essa pessoa atua como ponto de contato inicial e é fundamental para o planejamento da atividade. É a partir desse diálogo que começamos a compreender o contexto local, os conflitos existentes, as potências do território e o perfil dos participantes. Essa escuta inicial já é, em si, parte do método: conhecer o território por meio de quem o vive.

O planejamento — considerando **público, tempo disponível e recursos didáticos** — é o que garante a flexibilidade da metodologia. Em nossa experiência, mesmo em grupos que à primeira vista parecem homogêneos, as trajetórias de vida, os repertórios e as relações com a informação são bastante diversos. É justamente nessa diversidade que reside a riqueza do processo formativo.

A compreensão prévia do contexto do território e dos participantes orienta a montagem do que chamamos de **blocos metodológicos**. Esses blocos organizam o tempo da atividade e permitem ajustar a profundidade das discussões de acordo com o tempo disponível. Um aspecto importante é que trabalhamos sempre com o tempo que nos é oferecido — mas, na prática, quanto mais tempo, melhor. As dinâmicas tendem a abrir espaços de debate e compartilhamento profundos, que não devem ser apressados. Independentemente da duração total da atividade, alguns elementos são **obrigatórios** em todas as aplicações da metodologia:

- um **guia prático da atividade**, com breve descrição das dinâmicas e dos principais conceitos e/ou conjuntos de dados utilizados;
- **intervalos entre os blocos**, respeitando o ritmo dos participantes;
- prioridade para atividades **livres de computadores e dispositivos móveis**, em atenção às desigualdades de acesso;
- uso de **materiais simples de papelaria**, como cartolinas, post-its de cores variadas, canetinhas, pilotos e fita adesiva;
- divisão dos participantes em **grupos fixos**, que se mantêm ao longo das atividades em grupo;
- **tempo específico** para apresentações e etapas da atividade, em respeito ao tempo total disponível.

Bloco 1 — Inicial: território, pessoas e conceitos

O Bloco Inicial é sempre dedicado à apresentação dos participantes e à contextualização dos conceitos e dados que norteiam a metodologia. Ele estabelece o tom da atividade e reforça, desde o início, a centralidade do território. Durante todo esse bloco, a pessoa facilitadora deve manter um bloco de post-its, registrando palavras-chave, conceitos e ideias que surgem nas falas dos participantes e organizando essas anotações em murais visíveis, fazendo conexões em sua mediação oral.

Apresentação dos participantes

A apresentação foge do modelo tradicional de roda de conversa. Propomos perguntas disparadoras que ajudem cada pessoa a se localizar territorialmente, como: “De onde eu venho?”, “O que te traz aqui?”, “Meu território não existe sem...”. Ou, de forma mais direta: nome, território e um problema de desinformação que deseja enfrentar.

O objetivo é que cada participante contextualize seu território — seja de origem ou de residência — e compartilhe brevemente elementos que ajudem a compreender aquela realidade. Essa dinâmica é adaptável. Em uma das aplicações, realizada na UFOPA, utilizamos um **mapa impresso**, no qual cada pessoa colocava um alfinete em seu território antes de falar. Esse gesto simples despertou um forte senso de pertencimento e trouxe, logo no início, histórias de apagamento e invisibilização.

Essa forma de apresentação evita o descompasso de tempo comum em rodas abertas, respeita diferentes perfis de comunicação (pessoas mais introvertidas ou mais expansivas) e reafirma o território como eixo estruturante desde o começo.

Contextualização e apresentação conceitual

Em seguida, a pessoa facilitadora conduz uma contextualização inicial, trazendo reflexões sobre **integridade da informação, vulnerabilidade informacional e justiça socioambiental**. O objetivo é explorar coletivamente as causas e consequências da vulnerabilidade informacional e introduzir o potencial das soluções locais. Uma pergunta-chave orienta esse momento: “O que é estar vulnerável para você? E em relação à informação?”

A partir das respostas, exercitamos de forma coletiva e ainda em rascunho o conceito de **vulnerabilidade informacional**, conectando:

- desigualdades de acesso à internet e às tecnologias (a partir de dados como a TIC Domicílios);
- presença ou ausência de jornalismo local (Atlas da Notícia);
- problemas socioambientais vividos no território;
- outros elementos que emergirem do diálogo.

Bloco 2 — Diagnóstico coletivo e escalas da desinformação

A partir deste bloco, a atividade passa a ser realizada **em grupos**. A pessoa facilitadora solicita a divisão, buscando uma quantidade semelhante de participantes em cada grupo, mas permitindo que os próprios participantes façam essa gestão. A flexibilidade é essencial, os grupos podem ter mais ou menos pessoas, conforme a dinâmica do coletivo.

Discussão em grupo: identificação de vulnerabilidades

Cada grupo recebe uma cartolina, post-its e canetinhas para discutir o impacto da desinformação na sociedade e na agenda socioambiental. O grupo escolhe uma vulnerabilidade inicial — por exemplo, concentração de propriedade, deserto de notícias ou conectividade significativa — e discute como ela afeta a construção de um ecossistema informacional saudável e confiável. Os participantes também devem entrar em consenso sobre **um território específico**, que será a referência do grupo até o final da metodologia.

Construção do Índice de Vulnerabilidade Informacional

Retomamos coletivamente a ideia de um **Índice de Vulnerabilidade Informacional**, construído de forma participativa. Os grupos organizam suas ideias no seguinte formato:

- cenário;
- problemas/vulnerabilidades identificadas;
- atores envolvidos.

Esse exercício articula intuições, experiências vividas e evidências em dados, reforçando a dimensão coletiva do diagnóstico.

Reflexão e provocação: soluções a partir do território

A pessoa facilitadora conduz uma reflexão sobre o potencial das soluções locais, conectando a **escala local** e a **escala global da desinformação socioambiental**. São discutidas questões como:

- desertos de notícias e soluções territoriais;
- escalas da comunicação;
- imprensa tradicional e comunicação popular.

A provocação parte do entendimento da desinformação como um **problema multifatorial**, que se materializa em diferentes escalas. A mediação deve permanecer conectada ao território e aos participantes, utilizando exemplos hipotéticos de soluções para inspirar a criação de respostas próprias, agora informadas pelo reconhecimento do cenário, das limitações e das possibilidades tecnológicas e comunicacionais.

Bloco Extra — Optativo

O Bloco Extra pode ser incluído quando há tempo disponível e quando a própria comunidade indica uma demanda específica. Esse bloco funciona como um aprofundamento prático que dialoga com o diagnóstico realizado e prepara o terreno para a construção de soluções. Em nossa experiência, já incluímos oficina de cartografia; oficina sobre Lei de Acesso à Informação; e uso de guia de micro-narrativas baseados em princípios jornalísticos. A escolha do conteúdo deve sempre partir das necessidades do território.

Bloco 3 — Construção de soluções locais

No Bloco 3, retomamos o trabalho em grupo para um **brainstorming de soluções locais**. Cada grupo é convidado a identificar e discutir ações concretas para enfrentar a vulnerabilidade informacional em seu território.

Apresentação das soluções

Cada grupo apresenta suas propostas, respeitando o tempo previamente definido. A partir das apresentações, promovemos uma discussão coletiva sobre como essas soluções podem ser adaptadas, combinadas ou implementadas em diferentes contextos, considerando que outros fatores do Índice de Vulnerabilidade Informacional também podem ser explorados. Esse momento final reforça a ideia central da metodologia: **as soluções não são importadas, elas emergem do território**, a partir da leitura coletiva das vulnerabilidades, das potências locais e das possibilidades de articulação em diferentes escalas.

4. Conclusão — quando o território fala, a solução aparece

As experiências realizadas com a metodologia **A solução está no território** reafirmam, de forma concreta, que a comunicação já existe nos territórios muito antes de qualquer tecnologia digital, política pública ou projeto externo. Ela se manifesta nas práticas cotidianas, nas relações de vizinhança, na oralidade, nos encontros comunitários e nas múltiplas formas de organização coletiva que emergem quando as pessoas se reconhecem como sujeitas de sua própria história.

Ao longo das atividades, os post-its, cartolinas e mapas não funcionaram apenas como ferramentas metodológicas, mas como dispositivos de escuta e visibilização. Foi a partir deles que apareceram, com força, experiências como rádios comunitárias, jornais comunitários, grupos de WhatsApp, megafones na rua, panfletos, zines, cineclubes, podcasts, redes sociais locais, fofoca/boca a boca, organização de eventos, batalhas culturais, entre tantas outras práticas que compõem ecossistemas informacionais vivos e potentes.

Essas experiências mostram que a vulnerabilidade informacional não significa ausência de comunicação, mas, muitas vezes, **desvalorização, invisibilização ou deslegitimação** das formas locais de produzir e circular informação. Quando os participantes são convidados a nomear seus próprios meios, estratégias e redes, rompe-se a ideia de que a solução virá de fora ou de um único modelo. Ao contrário, torna-se evidente que os territórios já operam soluções — ainda que precárias, fragmentadas ou pouco reconhecidas — e que o desafio está em fortalecê-las, conectá-las e protegê-las.

Os debates também evidenciaram como grandes problemas socioambientais — como conflitos territoriais, mineração, extração de recursos naturais e ausência de consulta às comunidades — estão profundamente ligados à falta de informação acessível,

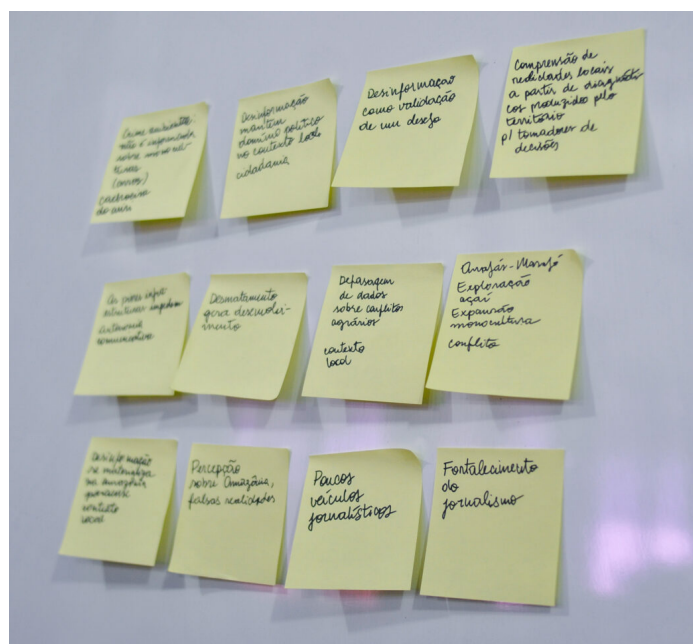
contextualizada e produzida com participação social. Em diferentes momentos, apareceu a dificuldade de compreender quem são os atores envolvidos, quais são as consequências reais dos empreendimentos e por que determinadas decisões não chegam à população de forma clara. Nesse sentido, pensar soluções comunicacionais foi inseparável de pensar **articulação política, organização comunitária, protocolos de consulta, direito à comunicação e fortalecimento das identidades territoriais**.

Outro aprendizado central foi perceber que as soluções são sempre **multifatoriais**. Elas combinam o local e o global, o analógico e o digital, a comunicação popular e as plataformas, a memória e a inovação. Uma rádio comunitária pode se articular com redes sociais; um jornal mural pode dialogar com um site local; um grupo de WhatsApp pode ser tão estratégico quanto uma reportagem; um encontro presencial pode ser tão potente quanto uma live. Não há hierarquia fixa, mas adequação ao contexto, às condições materiais e às necessidades do território.

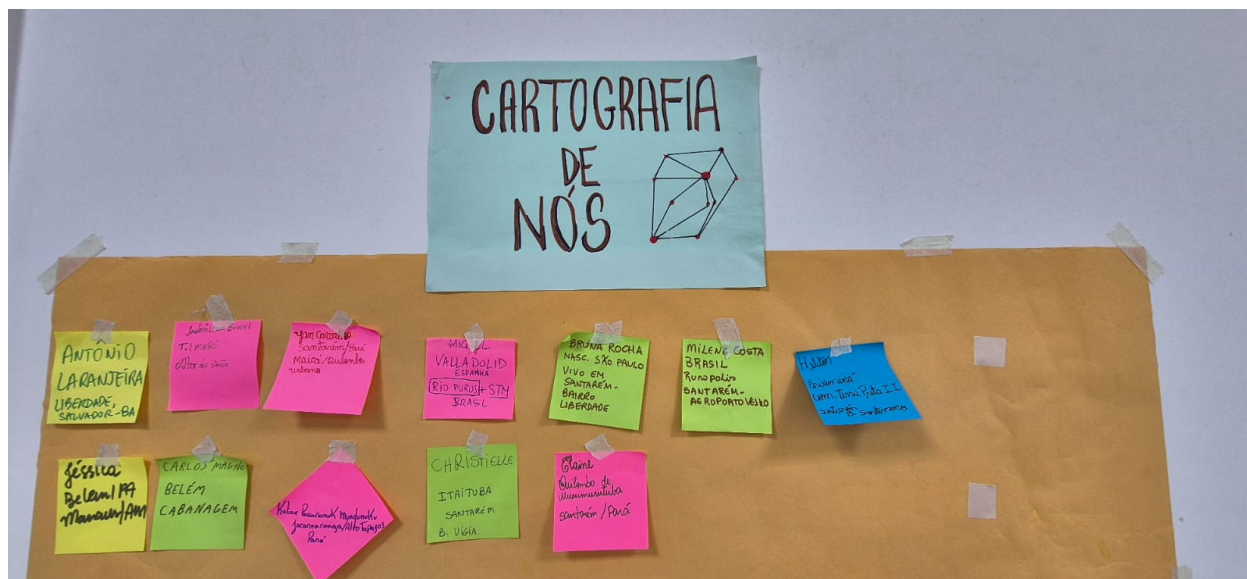
Por fim, as experiências reforçam que a metodologia não entrega respostas prontas. Ela cria **condições para que os territórios se reconheçam**, leiam criticamente suas vulnerabilidades e construam coletivamente caminhos possíveis. Ao colocar o território no centro — como espaço de vida, conflito, memória e invenção — a metodologia reafirma que enfrentar a desinformação socioambiental é, antes de tudo, um processo político, coletivo e situado. Quando o território fala, quando suas práticas são reconhecidas e quando suas vozes são escutadas, a solução deixa de ser promessa e passa a ser prática em construção.

5. Quando o território fala: registros das experiências

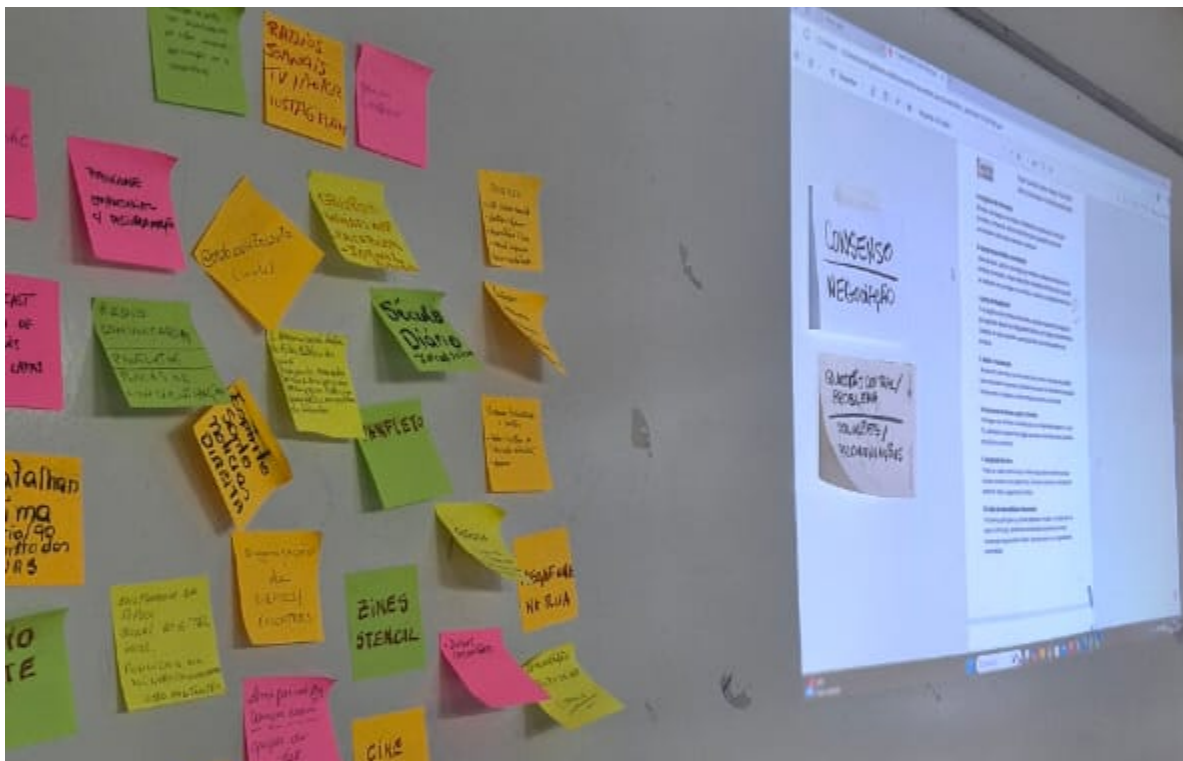
Belém, PA



Santarém/PA



Vitória, ES



Belo Horizonte, MG



6. Inspirações

ATLAS DA NOTÍCIA. **Atlas da Notícia: mapeamento do jornalismo local no Brasil.**

Disponível em: <https://www.atlas.jor.br>. Acesso em: 03 set. 2025

BRASIL. Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). **Pesquisa TIC Domicílios.** São

Paulo: CGI.br, 2023. Disponível em: <https://www.cetic.br>. Acesso em: 03 set. 2025.

Regattieri, L. **A Propaganda Desinformativa no Projeto de Destruição Nacional Bolsonaroista: A desinformação como estratégia de governo na agenda socioambiental** durante a presidência de Jair Bolsonaro (PL). Revista Eco-Pós, 26(01), 105–139. <https://doi.org/10.29146/ecops>. v26i01.28005

REGATTIERI, Lori; BOTELHO, Jéssica; NEVES, Thiane. **Perspectiva sobre redes sociais na desinformação sobre defensores ambientais e preservação ambiental.** In: AINBINDER, Olívia; MEDEIROS, Klei (Coord.). *Democracia ambiental e proteção de defensores/as ambientais: material didático.* 2023

MILTON SANTOS. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Princípios Globais para a Integridade da Informação.** Brasília: ONU Brasil, 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 07 set. 2025.

ARTIGO 19. **Direito à comunicação e liberdade de expressão no Brasil.** São Paulo: Artigo 19, 2025. Disponível em: <https://artigo19.org>. Acesso em: [data de acesso].

